



Sessão temática: Política Social e Serviço Social.

Mesa coordenada A radicalização do capital, impactos na saúde e no serviço social: lutas e resistências.

LUTAS SOCIAIS NA SAÚDE E ACESSORIA REALIZADA PELOS ASSISTENTES SOCIAIS

JULIANA SOUZA BRAVO DE MENEZES¹
MARIA INÊS SOUZA BRAVO²

Resumo: O trabalho visa oferecer subsídios para o fortalecimento da participação na saúde através de novos mecanismos de controle democrático não institucionalizados, que estão sendo criados a partir dos anos 2000, bem como destacar a importância da assessoria a ser realizada pelos assistentes sociais aos movimentos sociais.

Palavras-chave: Lutas na Saúde. Participação Social. Assessoria dos assistentes sociais.

Abstract: The paper aims to offer subsidies for the strengthening of health participation through new non-institutionalized democratic control mechanisms, which are being created from the 2000s, as well as to highlight the importance of social workers' assistance to social movements.

Keywords: Health struggles. Social Participation. Counseling of social workers.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho objetiva destacar o papel da sociedade civil³ na defesa da Saúde, tendo como referencial os pressupostos preconizados no projeto de Reforma Sanitária brasileira dos anos 1980.

Vai-se abordar, primeiramente, alguns marcos conceituais com relação aos movimentos sociais em saúde, retomando o debate dos anos setenta e oitenta. Nos anos 1990, com a Política de Ajuste, diversas entidades substituíram suas lutas coletivas por lutas corporativas. Nos anos 2000, identifica-se o ressurgimento de diversos movimentos sociais. A mercantilização das políticas sociais faz com que surjam novos mecanismos de

¹ Profissional de Serviço Social. Hospital Federal de Bonsucesso. E-mail: <mibravo@uol.com.br>.

² Professora com formação em Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

³ A concepção adotada de sociedade civil é na perspectiva gramsciana, sendo considerada como o espaço onde se organizam os interesses em confronto, sendo o lugar onde se tornam conscientes os conflitos e contradições. É na sociedade civil que se encontram os "aparelhos privados de hegemonia" que são os partidos de massa, os sindicatos, as diferentes associações, os movimentos sociais, ou seja, tudo que resulta de uma crescente socialização da política. A sociedade civil gramsciana nada tem a ver com o que hoje se chama de "terceiro setor", pretensamente situado para além do Estado e do mercado.

luta, entre eles a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde. No final, são apresentadas algumas considerações com relação à assessoria realizada pelos assistentes sociais junto aos movimentos sociais, considerado como espaço fundamental para atuação profissional.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O DEBATE SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS E SAÚDE⁴

A temática dos movimentos sociais em saúde não é nova na área de Saúde Coletiva, nem na das Ciências Sociais. Entende-se por movimentos sociais diversas lutas sociais engendradas no terreno histórico das lutas sociais (BRAZ, 2012). Busca-se compreender como essas lutas se apresentam em diversas conjunturas sob diferentes formas, e como instituições tradicionais vão reagindo e engendrando formas distintas de organizações das classes sociais para lidar com desafios políticos e ideológicos.

A literatura da área reconhece que, em diferentes períodos históricos, determinados tipos de movimento adquirem maior visibilidade, seja em termos de sua importância ou de sua emergência no cenário das lutas pela saúde e pelas políticas públicas.

No Brasil, nos anos 1970 e 1980, a literatura sociológica deu ênfase à emergência dos chamados movimentos sociais urbanos, tal como Ribeiro apontou em 1989. Isso contrastava com trabalhos ainda escassos na saúde. A autora atribuiu destaque ao papel que a esfera da reprodução social ganhou no conjunto das contradições e conflitos da sociedade capitalista em adição a uma abordagem mais tradicional centrada apenas nos conflitos no campo da produção, ou seja, na relação entre o capital e o trabalho. Havia muita heterogeneidade nesses movimentos: desde movimentos de bairros, mulheres, comunidade de base da Igreja Católica, movimentos negros até movimentos ecológicos, ao lado de movimentos rurais inovadores, como os sem-terra ou os movimentos de atingidos por barragens. Ribeiro (1989) ressaltou ainda, um grande papel à urbanização acelerada por que passa o Brasil e vários países

⁴ Este item está baseado no artigo de BRAVO, M. I. S; ANDREAZZI, M. F. S e MENEZES, J. S. B. As lutas pela Saúde nos anos 2000: participação da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde. In: SILVA, A.X; NOBREGA, M.B e MATIAS, T .S. C (orgs.). Contrarreforma, Intelectuais e Serviço Social: As Inflexões na Política de Saúde. Campina Grande-PB, 2017.

da América Latina, levando ao aumento crescente das exigências do consumo coletivo, decorrentes do próprio desenvolvimento capitalista, e à incapacidade do sistema para resolvê-las satisfatoriamente. Assim, os temas da igualdade, da cidadania e da participação passam a constituir uma agenda de intervenção desses movimentos em face de um Estado de cunho autoritário.

Os anos 1990 primam pela discussão do controle social sobre o Estado, onde os movimentos sociais entram como sujeitos políticos na interface do Estado com a sociedade. Neste ano, vai-se formalizar o chamado controle social do Sistema Único de Saúde, que é regulamentado pela Lei federal 8142/1990. Com a abertura desses espaços de participação social institucionalizada, se intensifica a formação de movimentos de portadores de patologias, tais como hanseníase, renais crônicos, DST/AIDS, dentre outros. Os Conselhos de Saúde se tornam um eixo privilegiado de reflexão acadêmica nesse período, o que não ocorre com as lutas autônomas pela saúde

Três linhas de análise desses Conselhos podem se identificadas (BRAVO & SOUZA, 2002): A primeira concebe os conselhos como espaço de consenso, onde os diferentes interesses sociais convergem para o interesse de todos. Essa concepção, pautada em interpretações de Habermas e nos neohabermasianos, não leva em consideração a correlação de forças e tem adeptos inseridos nas diversas instâncias do poder político.

Existe também a visualização dos conselhos apenas como espaços de cooptação da sociedade civil por parte do poder público. Essa concepção também não percebe as contradições que podem emergir nesse espaço a partir dos interesses divergentes. É influenciada pela visão estruturalista do marxismo, cujo principal representante é Althusser.

Uma terceira linha, mais crítica, de referencial gramsciano, retoma as análises dos conflitos sociais no campo da saúde e assinala o controle social não como espaço de consenso ou de controle a moda durkheimiana, da sociedade sobre os indivíduos, mas como espaços de tensão onde possa ocorrer a “construção de resistências às tendências do uso do fundo público para o financiamento da reprodução do capital em detrimento do financiamento da reprodução do trabalho” (BRAVO & CORREIA, 2012, p. 126). Nesta perspectiva, a participação popular não está limitada aos espaços

institucionais, significando a construção de hegemonia das classes dominadas na disputa por outro projeto de sociedade.

A partir dos anos 2000, ressaltam-se algumas experiências organizativas no campo sindical e no campo dos movimentos sociais, onde é possível afirmar que a conjuntura atual não é marcada apenas pelo refluxo. Aponta-se que “há movimentos, organizações e partidos orientados por um projeto classista que resistiram e resistem ao processo de cooptação, capitulação, passividade e conformismo” (DURIGUETTO, 2008, p. 62).

Nesta direção, destaca-se, no campo sindical, os setores que romperam com a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e que fundaram a CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular) e a Intersindical (Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora)⁵.

No campo dos movimentos sociais, Duriguetto (2008) enfatiza a presença de movimentos que vêm ativando a luta de classes tais como os movimentos que compõem a Via Campesina - o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Com relação às organizações partidárias, ainda com limitações de impulsionar lutas de classe, tem-se o PSOL (Partido do Socialismo e da Liberdade), o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado), o PCB (Partido Comunista Brasileiro)⁶ e a Consulta Popular⁷.

É importante destacar que desde o início do primeiro governo Dilma ficou visível a insatisfação de diversos grupos sociais ligados aos setores subalternos. Várias manifestações ocorreram pelo país, cabendo destacar (COSTA, 2011):

- A dos estudantes e trabalhadores em protesto contra a elevação da passagem dos ônibus em várias cidades do Brasil;
- Fóruns Populares em todo país debatem a situação da saúde e da educação pública, organizando mobilizações contra o processo de privatização;

⁵ Um panorama da discussão sobre as Centrais Sindicais e a luta por saúde na atualidade pode ser encontrado em Bravo et al. (2011).

⁶ Uma análise dos partidos na realidade brasileira de hoje ver Mattos (2009).

⁷ A Consulta Popular a partir de 2007 foi caracterizada como movimento social, tornando-se partido político sem, contudo, institucionalizar-se.

- Trabalhadores da construção civil reagem às condições de super exploração impostas pelas empreiteiras – empresas multinacionais – como a Odebrecht, Camargo Correa, Queiroz Galvão, Mendes Junior e outras – nas obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) que é um dos maiores programas de transferência de verbas públicas para as mãos do grande capital.

Em 2012, ocorre a greve nacional dos professores universitários, com adesão de mais de cinquenta universidades e instituições de ensino. O ano de 2013, mais especificamente o seu mês de junho, foi marcado pelas manifestações de massa e mobilizações do povo por mudanças estruturais, evidenciando um profundo descontentamento da população brasileira com as suas condições de vida⁸.

Segundo Iasi (2013),

[...] as manifestações se iniciaram por protestos contra o aumento das passagens e se desdobraram para uma multifacetada pauta que tem por centro a demanda por educação, saúde, contra os gastos com a Copa e seus efeitos perversos, como as remoções, e contra uma forma de política que mostra seus limites com representantes que não representam, eleitos por muitos e defendendo os interesses de poucos.

O ano de 2013, para alguns autores, representou uma grande reviravolta no país, com imensas mobilizações de ruas, como se viu em anos anteriores na Grécia, Turquia e Egito, para citar alguns exemplos. Surgem novos movimentos, como os de ocupações de espaços e edifícios públicos e em defesa de causas, todos não institucionalizados (GOHN, 2011). Têm, ainda, sido atribuídas às novas tecnologias de informação um papel na articulação e mobilização das manifestações no Brasil e outros contextos, embora seja polêmico seu papel de organização do movimento contestatório (SERRA JR E ROCHA, 2013).

Algumas análises são encontradas, apesar da contemporaneidade do fenômeno. Romão (2013), em São Paulo, aponta quatro fatores: para a mobilização ocorrida : i) a existência de um movimento organizado que impulsionou as primeiras manifestações com uma demanda objetiva – o Movimento Passe Livre (MPL), ou seja, fora das organizações classistas

⁸ Não é objetivo deste artigo aprofundar essa questão, mas apenas pontuá-la.

tradicionais, como os sindicatos e movimentos urbanos da conjuntura de 1970-1980, como as associações de moradores; ii) a repressão policial; iii) a concomitância de um evento esportivo de âmbito mundial, a Copa do Mundo de 2014, e iv) o contexto de descontentamento generalizado com o sistema político.

Como fica a pauta da saúde nessa nova conjuntura? Nas grandes manifestações de 2013, a precariedade do sistema de saúde frequentemente se apresentava em grande estilo. Em junho, houve, no Rio de Janeiro, a famosa passeata do milhão, mobilizada em resposta a repressão policial que vinha ocorrendo, em manifestações anteriores, contra o aumento do preço das passagens dos ônibus. Nessa passeata, chamou a atenção uma enorme quantidade de cartazes em que a população escrevia suas reivindicações. O tema da saúde, sob variadas formas, inclusive a “Padrão FIFA”, foi frequente nesses cartazes. Tal disposição fluida e dispersa da população ainda não se desdobrou em mobilizações específicas pela saúde.

A seguir, serão explicitados alguns movimentos de saúde que tiveram ressonância no Rio de Janeiro.

O Fórum de Saúde do Rio de Janeiro que integra, com outros vinte (20) Fóruns/Frentes Estaduais, a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, é um movimento suprapartidário, anticapitalista que congrega indivíduos e organizações, tendo como centro a defesa do direito constitucional à saúde e do sistema público, estatal e gratuito, que existe desde 2005, sendo anterior a Frente Nacional, que será analisada no próximo item.

O Movimento Chega de Descaso surge a partir de casos de mortes causadas pelos efeitos perversos da mercantilização da saúde e teve atuação em diversas frentes de luta pelo direito à saúde.

As Brigadas da Saúde composta de jovens, muitos deles estudantes da área de saúde. Eles acompanhavam e davam apoio a feridos, única fonte de atendimento, já que, em inúmeros casos, a polícia não respeitava tréguas para atendimento médico necessário nem o Estado disponibilizava ambulâncias próximas aos locais das manifestações. Este grupo de socorrista é que atendia a população atingida por gases lançados pela polícia..

Como analisar o surgimento de movimentos sociais desatrelados do Estado e dos seus aparelhos oficiais? Algumas hipóteses podem ser levantadas.

No Brasil, identifica-se perda progressiva da capacidade da maioria dos Partidos Políticos de elaborarem políticas sociais universais e específicas para frações da classe operária e rural além da cooptação de muitas organizações antes contestadoras da ordem, com projetos de coalizão de classes.

Na luta pela implantação do direito universal à saúde, os sindicatos de categorias mais fortes economicamente centraram sua atividade na conquista de benefícios privados como planos de saúde e de previdência privada. Sua defesa dos direitos constitucionais fica cada vez mais formal. Segundo Boito Jr (2003), uma das principais vertentes do sindicalismo de grandes indústrias, o do ABC paulista, desde a década de 1970 apresenta uma concepção economicista e corporativa da ação sindical que tem impedido seu protagonismo na defesa de políticas públicas universais.

É fundamental o estudo dos movimentos surgidos neste período para encontrar a chave para a solução do dilema que nos encontramos desde 1988: um sistema de saúde democrático que assegura formalmente a saúde como um direito social e, portanto, um direito humano fundamental, e que descumpra a lei na sua prática cotidiana.

Ressalta-se que algumas manifestações continuaram a partir de 2014, questionando os gastos públicos com a Copa do Mundo e com as Olimpíadas, em 2016 que abordaram a não garantia de direitos sociais, a violência policial e a repressão com relação às manifestações. Cabe destacar também as atividades, eventos e passeatas realizadas no mês de abril de 2014 contra os 50 anos do golpe civil militar de 1964.

Em 2016, ocorreram manifestações contra a corrupção de um lado, e pelo *impeachment* da presidente Dilma, lideradas por movimentos que se evidenciaram naquele momento com a proposta de *impeachment*, o "Vem para a Rua", o Movimento Brasil Livre (MBL), entre outros, que tiveram o apoio da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e de grupos conservadores da sociedade e apoio da mídia.

Houve também, posteriormente, no mesmo ano, em 2016, manifestações contra a proposta de *impeachment* da Presidente Dilma que envolveu uma parcela dos movimentos de resistência. Na saúde surge o movimento Ocupa SUS que foi uma forma de resistência ao governo ilegítimo de Temer que representa uma ameaça ao direito à saúde pública universal e de qualidade garantidos constitucionalmente, aprofundando os processos de privatizações e precarizações que estavam em curso. Este movimento ocorreu em diversas capitais do Brasil. No Rio de Janeiro, tal movimento ocupou de forma pacífica o espaço do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro (NERJ), buscando dialogar com os servidores federais, estaduais, funcionários terceirizados e usuários do SUS.

A partir de 2016, ocorreram diversas manifestações contra as contrarreformas propostas pelo governo ilegítimo do presidente Temer, principalmente a trabalhista e da Previdência Social. No dia 28 de abril de 2017, ocorreu a greve geral no país, cem anos depois da primeira greve geral ocorrida no Brasil, em junho de 1917. No dia 30 de junho do mesmo ano, foi chamada a segunda greve geral mas que não teve tanta adesão quanto a de abril pois não houve empenho das Centrais Sindicais majoritárias. Em 2018, ocorreram diversos movimentos e manifestações contra a prisão de Lula (#lulalivre).

Não é objeto deste texto, entretanto, analisar estes movimentos e sim os que tiveram como objeto a saúde e se fortaleceram em meados dos anos dois mil, principalmente a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, considerada como uma novidade no movimento da saúde, que será abordada no item a seguir.

2.2 A FRENTE NACIONAL CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE⁹

A Frente Nacional contra a Privatização da Saúde(FNCPS) foi criada em 2010 com a mesma motivação que deu sustentação às lutas travadas pelo Movimento Sanitário nos anos 1980: o combate à privatização da saúde. Tanto

⁹ Discussão deste item utiliza como referência o texto de BRAVO & MENEZES, J. S. B. Lutas pela Saúde e os Desafios da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde na Atualidade. In: BRAVO, M. I. S. & MENEZES, J. S. B. (Orgs). *A Saúde nos governos dos Partidos dos Trabalhadores e as Lutas sociais contra a privatização*. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2014a.

quanto este Movimento, a Frente também se opõe à tendência da prestação de assistência à saúde como fonte de lucro e tem como tática a formação de uma frente de esquerda anticapitalista, suprapartidária.

É composta por diversas entidades, movimentos sociais, fóruns de saúde, centrais sindicais, sindicatos, partidos políticos e projetos universitários e tem por objetivo defender o Sistema Único de Saúde (SUS) público, estatal, gratuito e para todos, e lutar contra a privatização da saúde e pela Reforma Sanitária formulada nos anos 1980.

Diversas atividades têm sido realizadas como audiências com os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF); realização de Atos Estaduais de comemoração ao Dia Mundial da Saúde (7 de abril); diversas manifestações e debates contra a privatização da saúde; elaboração de documentos sobre a situação de saúde nas diversas conjunturas (governos do PT e do ilegítimo Temer); participação nas Conferências de Saúde Nacionais ,Estaduais e Municipais através dos Fóruns /Frentes Estaduais com documentos analíticos e propositivos; articulação com o Fórum dos Trabalhadores da Saúde que estão no Conselho Nacional de Saúde (FENTAS) e diversas outras atividades .

Foram promovidos sete Seminários em diversos estados a saber: O 1º Seminário Nacional, em novembro de 2010, no Rio de Janeiro, que congregou 400 participantes de todo o país e criou a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde. O 2º ocorreu, em São Paulo, em 2011; o 3º, em Maceió/Alagoas, em 2012 e o 4º Seminário ocorreu em Santa Catarina, em junho de 2013. O 5º Seminário aconteceu no segundo semestre de 2014, no Rio de Janeiro, e foi um Seminário Internacional que teve a participação de oitocentas pessoas. O 6º ocorreu em Goiânia, em 2016 e o 7º em Maceió, em 2017. Estes últimos tiveram a participação aproximadamente de trezentas (300) pessoas. O 8º Seminário vai ocorrer no final de novembro, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

A Frente tem tido algumas conquistas como: a constituição de Fóruns /Frentes de Saúde em vinte estados brasileiros e no Distrito Federal: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro,

Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina ,São Paulo, Sergipe e Tocantins.

Diversas forças sociais e/ou sujeitos sociais e coletivos têm sido mobilizados tais como: sindicatos de funcionários públicos; algumas centrais sindicais (CSP-Conlutas; Intersindical); movimento sindical (Unidade Classista) professores universitários de diversas universidades (UERJ, UFRJ, UNIRIO, UFF, USP, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ, CESTEJH/ENSP/FIOCRUZ, UFAL, UEL, UnB, UFBA, UFRN, entre outras), entidades estudantis da área de saúde (Medicina, Enfermagem, Serviço Social, Farmácia, Nutrição); União da Juventude Comunista(UJC); Coletivo Nacional de Residentes; entidades nacionais (ABEPSS, CFESS, ANDES, FASUBRA, ASFOC, FENTAS, FENASPS); movimentos sociais (MST e MTST) .Tem-se também a participação de alguns movimentos feministas: Rede Feminista da Saúde e Coletivo Ana Montenegro.

Com relação aos partidos políticos, tem-se a participação dos setoriais de saúde e direções do PSOL e PCB. Cabe ressaltar que o PSTU participou até 2017, afastando-se posteriormente, mas não por diferenças explicitadas. Observa-se também a inserção de alguns militantes do PT, PC do B, Consulta Popular e PDT. Os militantes da Nova Organização Socialista (NOS) e do Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista (MAIS) que, a partir de 2018, unificaram na Resistência, uma tendência do PSOL, também participam da FNCPS.

Identifica-se a motivação para criar núcleos, frações ou setoriais de saúde em alguns partidos políticos (PSOL, PSTU, PCB) e em algumas centrais como a CSP-Conlutas. a partir da participação na FNCPS . Cabe destacar a realização de seminários, debates e manifestações contra a implantação e implementação das Organizações Sociais e da Empresa Brasileira de Serviço Hospitalares (EBSERH) em diversos estados e municípios brasileiros, bem como nas Universidades Públicas.

A Frente Nacional tem utilizado algumas estratégias de luta: *no campo jurídico*¹⁰, *no âmbito do parlamento*¹¹, *no conjunto da sociedade*¹², *nas ruas*¹³,

¹⁰ No *campo jurídico* cabe destacar: elaboração de ações civis públicas; Ação Direta de Inconstitucionalidade contra as leis municipais, estaduais e federais e contra as suas implementações,

*nos espaços de controle social*¹⁴, *no âmbito da formação*¹⁵, *nos meios de comunicação*¹⁶.

A Frente Nacional contra a Privatização da Saúde elaborou uma agenda para a saúde, apontando algumas questões que dificultam a implantação do SUS público, Estatal, universal e de qualidade e destacando algumas propostas para a garantia do direito à saúde, em cinco eixos estruturantes: Determinação Social do processo saúde e doença - saúde no contexto mais amplo das desigualdades sociais; Gestão e Financiamento da rede pública estatal de serviços de saúde; Modelo Assistencial que garanta o acesso universal com serviços de qualidade, priorizando a atenção básica com retaguarda na média e alta complexidade; Política de Valorização do Trabalhador da Saúde e Efetivação do Controle Social.

Sobre o primeiro eixo, a Frente aponta para a necessidade de resgatar o conceito de determinação social do processo saúde e doença tal como no Movimento de Reforma Sanitária. E isto significa inserir a saúde no contexto mais amplo das lutas para supressão das desigualdades sociais, lutas

articulações com os Ministérios Públicos Estaduais e Federal, TCE (Tribunal de Contas do Estado) e TCU (Tribunal de Contas da União).

¹¹ No *âmbito do parlamento*, articulando e pressionando os parlamentares a fim de impedir o processo de privatização da saúde, por meio de manifestações nas Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas nas sessões de votação dos Projetos que privatizam saúde, denunciando publicamente os que têm votado contra o SUS e pela privatização; além de participação em Audiências Públicas nas Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas e Congresso Nacional (Câmara e Senado).

¹² No *conjunto da sociedade*, realizando debates sobre a privatização da saúde com os trabalhadores da saúde e usuários do SUS.

¹³ Nas *ruas*, com caminhadas, atos e manifestações. A Frente tem participado das Marchas dos Servidores Públicos; dos Atos do Dia Mundial da Saúde, da Luta Antimanicomial, Dia Internacional de Luta das Mulheres, Dia do Trabalhador, Grito dos Excluídos, Jornadas de Junho e Julho de 2013. Atos em 2014 contra a Copa e em 2015 e 2016 contra as Olimpíadas e a partir de 2016 contra as contrarreformas do Temer.

¹⁴ Nos *espaços de controle social* através da pressão sobre os mecanismos institucionais – Conselhos e Conferências – para se posicionarem contra os “novos” modelos de gestão. A participação da Frente Nacional e dos Fóruns de Saúde foi fundamental nas 14ª e 15ª Conferências Nacionais de Saúde, realizadas em 2011 e 2015, bem como na Conferência Nacional de Saúde das Mulheres, ocorrida em 2017. A Frente também participou da Conferência Nacional de Vigilância à Saúde realizada em 2018.

¹⁵ No *âmbito da formação* com realização de cursos de atualização, debates, incentivo a pesquisas e trabalhos de extensão em torno da saúde pública. Vários projetos universitários integram os diversos Fóruns /Frente de Saúde Estaduais e/ou municipais com a preocupação de socializar o conhecimento bem como realizar investigações.

¹⁶ Nos *meios de comunicação* através da produção de material para divulgação nas entidades, partidos, sindicatos além da grande imprensa, bem como a utilização de blogs, facebook. Há também preocupação de elaborar textos científicos a serem apresentados em congressos da área de saúde coletiva e afins, além de publicação em coletâneas e revistas científicas.

antineoliberais e anticapitalistas com prospecção socialista, sem perder de vistas as mediações desse processo no cotidiano das práticas da saúde, ou seja, articular as lutas pela saúde às lutas por outra sociedade.

Com relação a gestão e financiamento ressalta a tendência em curso do fundo público ser colocado a serviço do financiamento do setor privado, seja através da compra de serviços privados pela rede pública, por meio de convênios, em detrimento da alocação de recursos públicos na ampliação dos serviços públicos, seja através do repasse da gestão, patrimônio, bens, serviços, servidores e recursos públicos para entidades privadas com os denominados “novos modelos de gestão” – Organizações Sociais (OSs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Fundações Estatais de Direito Privado e Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Tendência que está coerente com as recomendações dos organismos financeiros internacionais, dentro do programa de ajuste estrutural, de fortalecimento do setor privado na oferta de serviços de saúde. A Frente compreende que os problemas existentes no campo da gestão do SUS não se resolvem através de “novos” modelos de gestão, mas assegurando as condições materiais necessárias para a efetivação do modelo de gestão preconizado pelo SUS. Isto implica na necessidade de mais recursos para ampliação dos serviços públicos com gestão pública estatal e controle social efetivo.

Defende-se o modelo assistencial previsto no SUS constitucional que valoriza a prevenção e a promoção da saúde, a universalidade, a integralidade e a intersetorialidade das ações, na perspectiva de romper com o modelo centrado na doença e subordinado aos interesses lucrativos da indústria de medicamentos e equipamentos biomédicos, descolado das necessidades da população que ainda é hegemônico.

Destaca-se também que o processo de precarização dos serviços de saúde acontece em similitude com o processo de precarização do trabalho em saúde, tendo um forte rebatimento na qualidade dos serviços prestados à população usuária do SUS, visto que os serviços de saúde não se realizam sem o trabalho humano em todas as suas dimensões. A Frente reivindica

condições dignas de trabalho e uma política de valorização do trabalhador da saúde.

E, por fim, no último eixo da agenda da Frente Nacional, sinaliza-se como desafio tornar os espaços institucionais de controle social de disputa para a efetivação do direito universal à saúde e para a defesa da saúde pública estatal. E aponta a experiência dos Fóruns de Saúde e da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde como espaços não institucionais de controle democrático importantes para fortalecer a participação social e o SUS.

Na conclusão, vai-se ressaltar a importância da assessoria realizada pelos assistentes sociais aos movimentos sociais na atualidade.

3 CONCLUSÃO: ALGUMAS REFLEXÕES COM RELAÇÃO À ASSESSORIA REALIZADA PELO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL AOS MOVIMENTOS SOCIAIS¹⁷

Diversos desafios estão postos para efetivar a participação social nas políticas públicas na atual conjuntura. A retomada dos pressupostos que marcaram as lutas sociais e que foram incorporados por diversas profissões, entre elas, a de Serviço Social é de fundamental importância na atualidade para combater as tendências de reforço do terceiro setor, de desresponsabilização do Estado e da participação cidadã¹⁸.

A ampliação da esfera pública, o fortalecimento de instâncias democráticas e a garantia de direitos sociais é um dos desafios postos que têm como referência um novo projeto societário. O Serviço Social brasileiro nos seus diversos documentos legais que fundamentam o seu projeto ético-político ressalta a construção de uma nova ordem social, com igualdade, justiça social, universalização do acesso às políticas sociais, bem como a garantia dos direitos civis, políticos e sociais para todos. Os projetos profissionais, segundo Netto (1999), são indissociáveis dos projetos societários que lhes oferecem

¹⁷ Algumas reflexões presentes nessas considerações finais estão baseadas no artigo de BRAVO, M. I. S. & MENEZES, J. S. B. Lutas pela Saúde: desafios à assessoria realizada pelos assistentes sociais. In: DUARTE, M. J. O. (et. al.) (org.). Política de saúde hoje: interfaces & desafios no trabalho de assistentes sociais. Campinas, SP: Papel Social, 2014b.

¹⁸ Há uma grande diferença entre a concepção de participação social na perspectiva marxista e a proposta de participação cidadã que tem sido estimulada na valorização da participação colaboracionista, como já foi ressaltado.

matrizes e valores e expressam um processo de luta pela hegemonia entre as forças sociais presentes na sociedade e na profissão.

Os assistentes sociais no Brasil, desde os anos 1980 – período marcante de releitura da profissão – incorporaram a temática dos movimentos sociais na formação profissional, nas pesquisas e na produção acadêmica. Entretanto, a articulação do debate com análises empíricas e sua relação com o trabalho do Serviço Social foi pequena, como identifica Duriguetto (1996) em pesquisa realizada. A autora afirma que os profissionais de Serviço Social têm dificuldade de tomar sua inserção frente aos movimentos sociais como trabalho profissional. Essa questão também se expressa pela falta de reflexões sobre a influência das instituições assessoras na organização dos movimentos sociais (DURIGUETO, 1996, p. 145).

Na década de 1990, o debate do Serviço Social se desloca para os espaços de controle democrático face ao esvaziamento dos movimentos sociais e a implementação dos conselhos de políticas sociais e de direitos. Considera-se, entretanto, que os estudos e intervenções com relação aos movimentos sociais tornam-se fundamental na atualidade.

Nesta direção, os profissionais adeptos do projeto ético-político da profissão precisam qualificar suas ações a fim de contribuir para a ampliação de uma cultura política crítica e democrática e defender a garantia dos direitos humanos e sociais, num cenário de regressão dos mesmos e de destruição das conquistas históricas dos trabalhadores.

Diversos autores têm ressaltado a ação sócio-educativa do Serviço Social como fundamental para o trabalho com movimentos sociais e assessoria.

Iamamoto (2002) considera que é importante a ação dos assistentes sociais nos movimentos sociais. Trata-se de reassumir o trabalho de base, de educação, de mobilização e organização popular que parece ter sido submerso do debate teórico-profissional frente ao refluxo dos movimentos sociais. É necessária uma releitura crítica da tradição profissional do Serviço Social, reapropriando-se das conquistas e habilitações perdidas no tempo e, ao mesmo tempo, superando-as de modo a adequar a condução do trabalho profissional aos novos desafios do presente.

Abreu (2002) faz um retrospecto da função educativa no processo histórico brasileiro relacionando com as influências internacionais. Destaca três perfis pedagógicos do trabalho dos assistentes sociais: da ajuda, da participação e da emancipação. As duas primeiras têm como finalidade a adesão dos sujeitos sociais e vêm atualizando a perspectiva de subalternização e controle dos trabalhadores. A emancipatória tem como objetivo a dimensão da libertação na construção de uma nova cultura. Esta perspectiva entretanto, é um desafio para os profissionais pois vai depender de outras ações articuladas para que se consiga a mobilização dos sujeitos sociais visando o fortalecimento e avanço da organização da classe trabalhadora (BRAVO; MATOS, 2006).

A partir das reflexões anteriores dos autores citados e da nossa própria elaboração, considera-se que a participação dos sujeitos só poderá ser exercida mediante amplo trabalho de mobilização para que ocorra uma intervenção qualificada e propositiva no sentido de exigir direitos e exercer formas de pressão sobre o poder público. Nas frações de classe com baixo poder de organização, as dificuldades são ainda mais complexas. Para que a participação social se efetive é necessário que os representantes da sociedade civil possam organizar-se nas suas bases e que tenham consciência dos seus direitos e a quem reclamá-los. Reconhece-se a necessidade e a importância da organização para a participação efetiva nas decisões públicas. O Estado aposta em manter o populismo regressivo, ou seja, a simpatia política difusa desse setor popular pauperizado e desorganizado (SIMIONATO, 2006).

É nesta tensão que os profissionais de Serviço Social podem atuar. É necessário ter a clareza que a qualidade da participação não está definida a priori.

Os projetos de extensão universitária inseridos nos Fóruns e/ou Frentes estaduais e na Frente Nacional contra a Privatização da Saúde (FNCPS) desenvolvem nesses espaços uma assessoria direta, que exige atividades de formação técnica e política; socialização de informações através da produção de textos; realização de debates, seminários e pesquisas. Por meio da assessoria, busca-se contribuir para o fortalecimento dos movimentos sociais na construção de uma esfera pública democrática, através da democratização

das informações oriundas das investigações, relacionadas às temáticas de interesse dos sujeitos coletivos. O assistente social deve ser um socializador de informações, desvelando com competência técnico-política as questões que aparecem no cotidiano.

A partir das indicações pontuadas, considera-se que a assessoria às instâncias públicas de controle democrático articulada aos movimentos sociais é um espaço de trabalho que os assistentes sociais podem contribuir para o fortalecimento dos sujeitos políticos na perspectiva da garantia e/ou ampliação dos direitos sociais, ou seja, a emancipação política, tendo no horizonte a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

BOITO JÚNIOR, A. A hegemonia neoliberal no governo Lula. **Crítica Marxista**, Campinas (SP), n.17, p.10-36, 2003.

BRAVO, M. I.; SOUZA, R. Conselhos de Saúde e Serviço Social: luta política e trabalho profissional. **SER Social**, Brasília, n. 10, p. 57-92, 14 ago. 2009.

_____. MATOS, M.C. O Potencial de Contribuição do Serviço Social na Assessoria aos Movimentos Sociais. In: BRAVO, M. I. S.; MATOS, M.C. (Orgs.) **Assessoria, Consultoria & Serviço Social**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

_____. et al. As Centrais Sindicais e a Luta por Saúde: Algumas Reflexões. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (Org.). **Coletânea Nova de Serviço Social - Trabalho e Direitos: Conquistas e Retrocessos em Debate**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

_____. CORREIA, M. V. C. Desafios do controle social na atualidade. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 109, p. 126-150, jan./mar. 2012.

_____. MENEZES, J. S. B. Lutas pela Saúde e os Desafios da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde na Atualidade. In: BRAVO, M. I. S.; MENEZES, J. S. B. (Orgs.) **A Saúde nos governos dos Partidos dos Trabalhadores e as Lutas sociais contra a privatização**. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2014a.

_____. MENEZES, J. S. B. Lutas pela Saúde: desafios à assessoria realizada pelos assistentes sociais. In: DUARTE, M. J. O. et. al. (Org.) **Política de saúde hoje: interfaces & desafios no trabalho de assistentes sociais**. Campinas, SP: Papel Social, 2014b.

_____. ANDREAZZI, M. F. S; MENEZES, J. S. B. As lutas pela Saúde nos anos 2000: participação da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde. In: SILVA, A. X; NOBREGA, M. B; MATIAS, T. S. C. (Orgs.) **Contrarreforma, Intelectuais e Serviço Social**: as inflexões na política de saúde. Campina Grande (PB): Eduepb, 2017.

BRAZ, M. Mudanças no perfil da luta de classes e modismos conceituais: o tormento de Sísifo das Ciências Sociais. In: BRAVO, M. I. S.; MENEZES, J. S. B. (Org.). **Saúde, Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos**. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

COSTA, R. **Primeiros meses do Governo Dilma confirmam**: um governo a serviço do capital. PCB. 09 abr. 2011. Disponível em: <http://www.pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2551:primeiros-meses-do-governo-dilma-confirmam-um-governo-a-servico-do-capital&catid=101:criminalizacao>.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. A Temática dos Movimentos Sociais e sua Incorporação no Serviço Social. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

_____. Ofensiva Capitalista, Despolitização e Politização dos Conflitos Sociais de Classe. **Revista Temporalis**, Brasília, n. 16, 2008.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v.16, n.47, p.333-361, 2011.

IAMAMOTO, M. V. **Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade**: atribuições privativas do (a) assistente social em questão. Brasília: CFESS, 2002.

IASI, M. L. **Não ao pacto**: avançar para um programa anticapitalista e o poder popular. Blog Espaço Acadêmico. 29 jun. 2013. Disponível em: <http://espacoacademico.wordpress.com/2013/06/29/nao-ao-pacto-avancar-para-um-programa-anticapitalista-e-o-poder-popular/>>.

MATTOS, M. B. **Reorganizando em meio ao refluxo**: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no brasil atual. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social e a crise contemporânea**. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília: CEAD, 1999. Módulo 01.

RIBEIRO, L. Os movimentos sociais e sua relação com a questão da saúde. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.5, n.3, p. 264-275, jul./set. 1989.

ROMÃO, W. M. As Manifestações de junho e os desafios à participação institucional. **Boletim de Análise Político-Institucional**, Brasília: IPEA, n. 4, p. 11-18, 2013.

SERRA JUNIOR, G. C.; ROCHA, L. M. L. N. A Internet e os novos processos de articulação dos movimentos sociais. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v.16, n.2, p. 205-213, 2013.

SIMIONATTO, Ivete. Estado, sociedade civil e espaços públicos: uma análise do “Plano Plurianual” – 2004/2007. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n.88, 2006.

SCHMITTER, P. C. Still the century of corporatism? **The Review of politics**, v. 36, n.1, p. 85-131, 1974.